

IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE
IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA



11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



PARCEIROS:



APOIO:



Sessão Temática ST2 - Democracia, integração regional, gestão e controle social em territórios

O DESENHO INSTITUCIONAL E AS DINÂMICAS PARTICIPATIVAS NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DA MACRORREGIÃO DOS VALES-RS

DISEÑO INSTITUCIONAL Y DINÁMICA PARTICIPATIVA EN LOS CONSEJOS MUNICIPALES DE SALUD DE LA MACRORREGIÓN VALES-RS

INSTITUTIONAL DESIGN AND PARTICIPATORY DYNAMICS IN THE MUNICIPAL HEALTH COUNCILS OF THE VALES MACROREGION-RS

Maria Raquel Pilar Steyer¹; Cláudia Tirelli²

¹ Doutora e Mestre em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/UNISC. Assistente Social, graduada pela UNISINOS. Socióloga graduada pela UFRGS.

² Professora adjunta do PPGDR/UNISC. Doutora e mestre em Sociologia pela UFRGS. Estágio de Pós-doutorado na Universidad Complutense de Madrid/Espanha.,

Palavras-chave: Participação. Política Pública. Conselhos Municipais de Saúde.

Palabras clave: Participación. Política pública. Consejos Municipales de Salud.

Keywords: Participation. Public Policy. Municipal Health Councils.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar como os desenhos institucionais e a forma de atuação dos integrantes dos Conselhos Municipais de Saúde interferem na implementação da política de saúde em escala local e regional. Para atingir tal objetivo, realizou-se uma investigação empírica em quatro conselhos municipais da Macrorregião dos Vales, no Rio Grande do Sul, por meio da qual se buscou compreender como a atuação dos diversos atores que integram esses espaços, bem como o desenho institucional adotado por cada conselho repercutem na forma como a política acontece nos municípios.

Nesse sentido, investigou-se como esses atores interpretam, discutem e constroem estratégias de ação nas arenas da política de saúde de seus territórios, condicionados pelas estruturas institucionais, pelos recursos que dispõem e pelas relações que estabelecem entre si e com a gestão pública municipal.

A participação da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas de saúde foi legitimada durante o processo de redemocratização do país através da promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual garantiu a ampliação da cidadania e da própria democracia nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE
IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA



11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



PARCEIROS:



APOIO:



Partindo do entendimento de que os municípios têm sido o palco de inovações relativas à institucionalização participativa e que a avaliação desse avanço requer um conjunto de análises que possibilitem compreender a natureza das práticas que ocorrem no interior destas instâncias e as condições associadas à sua efetividade, uma das questões norteadoras deste estudo foi descobrir a forma como o desenho institucional dos Conselhos de Saúde está constituído nos municípios sede das regiões que integram a Macrorregião dos Vales.

O DESENHO INSTITUCIONAL DOS CONSELHOS DE SAÚDE DA MACRORREGIÃO DOS VALES – RS

A participação da sociedade na formulação, implementação e controle social das políticas públicas foi projetada durante o processo de redemocratização brasileira, que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando foi afirmada a ampliação da participação cidadã através da criação de instâncias participativas nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) como um dos pilares necessários à construção e consolidação democrática.

Entre os diversos arranjos institucionais (conferências, fóruns, orçamentos participativos, conselhos gestores de políticas públicas e de direitos, entre outros) que previam a participação de representantes da sociedade civil e de atores governamentais, este estudo analisou os conselhos de políticas públicas que, ao longo da década de 1990 e dos anos 2000, surgiram com o objetivo de fomentar a participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas. Embora a discussão sobre a participação popular já vinha acontecendo no Brasil desde as décadas de 1970 e 1980, o debate sobre as instâncias participativas foi intensificado ao longo da década de 1990, focando sobretudo na relação entre a sociedade civil e o Estado, e nos seus desdobramentos sobre a qualidade dos espaços deliberativos, considerados como fundamentais para o fortalecimento de uma gestão democrática, integrada e compartilhada. (ALMEIDA, *et al*, 2016).

Em relação à política de saúde, após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), prevista na Constituição Federal de 88, foi institucionalizada a prática participativa através da Lei nº 8.142/90, a qual dispõe “sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros e outras providências” e institui as instâncias colegiadas de participação, conferências e conselhos de saúde, atribuindo-lhes papéis deliberativos e fiscalizadores (BRASIL, 1990).

Através dessa normativa, os Conselhos Municipais aparecem como fóruns públicos que possibilitam a interação entre a sociedade civil e o Estado, proporcionando uma maior proximidade entre os cidadãos e a gestão pública local. A legislação que dispôs sobre a participação da comunidade na gestão do SUS apontou que os conselhos de saúde, em todas as instâncias governamentais, deveriam ser construídos de forma paritária entre representantes dos usuários, dos prestadores de serviço, do governo e de profissionais que atuam na área da saúde. Segundo Cortes e Silva (2010), os conselhos de direitos e de políticas no Brasil passaram a fazer parte do cenário das decisões, tornando-se fóruns deliberativos em que são representados, formal e publicamente, os interesses da população, assumindo importância fundamental na discussão sobre a política de saúde e sua efetivação.



GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). **Capacidades Estatais e Democracia: Arranjos Institucionais de Políticas Públicas**. Brasília IPEA, 2014.

LAVALLE, Adrián Gurza; VERA, Ernesto Isunza. Trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova**, São Paulo, n° 84, p. 353-364, 2011.

LOTTA, Gabriela Spanguero. **Redes e Parcerias em Políticas Sociais**: novos arranjos institucionais de coprodução de serviços nos municípios brasileiros. Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília, 2017.

LOTTA, Gabriela Spanguero; PIRES, Roberto Rocha C.; OLIVEIRA, Vanessa Elias. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 65, n. 4, out/dez, p. 463-492, 2014.

LOTTA, Gabriela Spanguero; VAZ, José Carlos. Arranjos Institucionais de Políticas Públicas: aprendizados a partir de casos do Brasil. **Revista Do Serviço Público, Brasília**, v. 66 n.2, p.171 – 194, 2015.